



Ricardo Chaves

Aldeia Salto da Mulher: educadores indígenas discutem como melhorar o ensino das tribos

# Educadores indígenas exigem ensino bilíngüe

ROSANA BOND

**TANGARÁ DA SERRA** — As propostas dos índios brasileiros para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foram definidas essa semana, na aldeia Salto da Mulher, da tribo paresi, a 400 quilômetros ao Norte de Cuiába (MT), durante o I Encontro de professores Indígenas.

Ali, 51 professores índios e brancos, representando escolas de 14 nações de Mato Grosso, Amazonas, Tocantins e Rondônia, elaboraram — depois de seis dias de discussão — um documento que defende a implantação efetiva do ensino bilíngüe (ver quadro). O texto será enviado ao Conselho Federal de Educação e aos deputados e senadores que até outubro deverão votar a nova legislação, que substituirá a Lei nº 5.692, em vigor desde 1971.

Vitor Aurape Peruare, da

tribo bacairi, disse que o encontro foi uma vitória dos índios brasileiros. "Pela primeira vez estamos conseguindo levar as decisões do mato para a cidade; antes, era tudo decidido nos gabinetes das autoridades", ressaltou. Nas reuniões, os participantes leram detidamente a Constituição, que determinou alterações no processo educacional do País.

Ouviram também relatos de diversas tribos, comentando seus problemas. Muitos deles, sem a menor conotação educacional. O professor ticuna Santo Cruz Mariano Clemente, por exemplo, narrou o massacre de março do ano passado, na aldeia de Benjamin Constant, no Amazonas. Jagunços mataram 14 ticunas e deixaram outros 29 feridos. "Três dos meus alunos morreram", contou Santo Cruz. "Continuo dando aulas, mas estamos ameaçados. Fizemos um quartel no lugar do massacre, mas os brancos continuam en-

trando, inclusive com a ajuda da própria polícia militar que está ali para nos proteger", lamentou.

O encontro mudou a rotina da aldeia Salto da Mulher: carros, barracas, jornalistas e fila para alimentação. As discussões, que duravam o dia inteiro — com intervalo para o almoço e um banho na cachoeira mais próxima —, foram promovidas dentro da escolinha, no terreiro e na grande oca do cacique. O debate de encerramento foi marcado por uma divergência entre representantes do Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Secretaria de Educação de Mato Grosso, Fundação Nacional do Índio (Funai) e um grupo liderado pelos xavantes. Os índios queriam que as propostas para a elaboração da lei fossem analisadas pelas comunidades antes de serem encaminhadas a Brasília. O plenário não concordou

## Tribo expulsa os religiosos

Se a educação dos brancos, no Brasil, já é crítica, o ensino indígena tem, no mínimo, o dobro desses problemas. Quem faz essa avaliação é Gonçalo Poquiqui, chefe do serviço de programação educacional da Funai para os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Segundo ele, há apenas três anos a Funai conseguiu implantar um programa de educação para os índios, depois de tentativas que se arrastavam desde a década de 70. "Faltam escolas, falta material escolar, falta material didático-pedagógico específico; os recursos chegam, aos pouquinhos, da secretaria estadual, das prefeituras, da Fundação Educar", diz Gonçalo. A responsabilidade pelas escolas das aldeias não é integrada: a Funai cuida de algumas, e as missões religiosas, prefeituras e as secretarias de Educação estadual cuidam de outras.

Existem hoje, em Mato Grosso, cerca de 180 escolas espalhadas por aldeias de 25 tribos, menos da metade das que seriam necessárias. Elas oferecem, geralmente, ensino da primeira à quarta série do 1º grau, misturando os alunos numa sala só. São atendidas por professores — índios e brancos — que dividem as tarefas. Os índios alfabetizam as crianças, na primeira série, na língua materna da tribo. Os brancos dão as outras matérias do currículo normal e são auxiliados por monitores índios que fazem a tradução.

No Brasil, a tribo mais bem servida é a ticuna, do Amazonas, com 70 professores. Em Mato Grosso, os xavantes estão em primeiro lugar, com 110 regentes de classe, entre professores e monitores. A experiência de educação indígena considerada

**Educação de índio**  
As propostas dos educadores indígenas para a Lei de Diretrizes e Bases



- 1-As escolas indígenas deverão ser vinculadas aos ministérios da Educação e da Cultura, saindo da órbita da Funai e das secretarias estaduais e municipais de Educação. Os ministérios deverão criar um organismo específico para tratar a educação indígena com autonomia e recursos próprios.
- 2-O governo federal deverá criar condições para que a educação indígena seja bilíngüe e intercultural, como prevê a Constituição. Cada uma das tribos deve ter aulas na sua língua e em português. Além disso, a cultura branca não deve ter predomínio absoluto - como tem hoje - no processo educativo.
- 3-A sociedade branca deve ser "reeducada", isto é, deve esclarecer suas crianças e jovens sobre quem são os índios, como eles vivem e o que desejam.

HUGO CARNEVALI

mais interessante e mais revolucionária de Mato Grosso é a dos riquibatsas, uma tribo de aproximadamente 480 membros, que vive na localidade de Fontanilhas, no norte do Estado. Revoltados com a excessiva interferência da Funai e as contradições das missões religiosas católicas e protestantes que assumiram suas escolas, esses índios expulsaram todo o mundo e assumiram eles mesmos a tarefa de ensinar suas crianças. Hoje, a tribo já aceita ajuda da Operação Anchieta, ligada à Igreja Católica, e da Funai.

Enquanto os riquibatsas resistiram à agressão cultural, outras tribos não conseguiram obter a mesma vitória. Os umutinas, contatados nos anos 20 pelo marechal Cândido Rondon, perderam sua língua materna. Recentemente, porém, manifestaram interesse em recuperá-la. O setor de linguística do Ministério da Cultura estudou uma forma de recolocar aquele idioma em uso, o que é um trabalho extremamente complexo, segundo Gonçalo Poquiqui, "a memória está apagada", diz ele.